

**A PERCEÇÃO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA SOBRE A
VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: UMA EXPERIÊNCIA NO
CONTEXTO JURÍDICO****THE PERCEPTION OF PSYCHOLOGY STUDENTS ABOUT CHILD
AND YOUTH VIOLENCE: AN EXPERIENCE IN THE LEGAL
CONTEXT****LA PERCEPCIÓN DE LOS ESTUDIANTES DE PSICOLOGÍA SOBRE
LA VIOLENCIA INFANTOJUVENIL: UNA EXPERIENCIA EN EL
CONTEXTO JURÍDICO**

Gisele Cerqueira Santos¹
Iara Beatriz Ramos dos Santos Caçula²

RESUMO

O presente artigo contextualiza a vivência de duas estudantes da disciplina Práticas Clínicas e Institucionais, do curso de Psicologia /Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, na Vara Regional da Infância e Juventude comarca de Petrolina-PE. A inserção nesse campo aconteceu a partir de cinco encontros de observação do funcionamento do serviço, leituras e de diálogo com os três profissionais de psicologia da instituição e a partir disso as estudantes conseguiram adquirir conhecimento em relação ao funcionamento da instituição e ter acesso às suas principais demandas. O objetivo do presente estudo é o de abordar a temática da violência sexual infantil, pois esse foi um tema recorrente nos processos do serviço. Ressalta-se que tal vivência contribuiu para a aquisição de novos saberes relativos à atuação do profissional de Psicologia diante das demandas de violência sexual infantojuvenil, pois houve a oportunidade de conhecer melhor um campo em que o psicólogo pode atuar de forma significativa e de perceber a importância de haver espaços para além da sala de aula que funcionem como contextos formativos.

Palavras-chave: Vara Regional da Infância e Juventude; Violência Sexual InfantoJuvenil; Estudantes de Psicologia.

ABSTRACT

This article reports the experience of two students of the discipline Clinical and Institutional Practices, of the Psychology / Federal University of the São Francisco Valley - UNIVASF course, in the Regional Court of Childhood and Youth, comarca of Petrolina - PE. The insertion in this field happened from five meetings of observation of the operation of the service, readings and of dialogue with the three professionals of psychology of the institution

¹ Graduanda em Psicologia. Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.
E-mail: giselesantos.cerqueira@gmail.com.

² Graduanda em Psicologia. Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.
E-mail: iararaamos@hotmail.com.

and from this the students managed to gain knowledge in relation to the operation of the institution and to have access to its main demands. The objective of the present study is to address the issue of child sexual violence, as this was a recurring theme in the service processes. It is emphasized that this experience contributed to the acquisition of new knowledge by the future psychologists, because there was an opportunity to know better a field in which the psychologist can act in a significant way.

Keywords: Regional Court of Childhood and Youth; child sexual violence; students of Psychology.

RESUMEN

El presente artículo contextualiza la vivencia de dos estudiantes de la disciplina Prácticas Clínicas e Institucionales, del curso de Psicología / Universidad Federal del Valle del São Francisco - UNIVASF, en la Vara Regional de la Infancia y Juventud comarca de Petrolina-PE. La inserción en ese campo ocurrió a partir de cinco encuentros de observación del funcionamiento del servicio, lecturas y de diálogo con los tres profesionales de psicología de la institución ya partir de eso las estudiantes lograron adquirir conocimiento en relación al funcionamiento de la institución y tener acceso a sus principales demandas. El objetivo del presente estudio es el de abordar la temática de la violencia sexual infantil, pues ese fue un tema recurrente en los procesos del servicio. Se resalta que tal vivencia contribuyó a la adquisición de nuevos saberes relativos a la actuación del profesional de Psicología ante las demandas de violencia sexual infantojuvenil, pues hubo la oportunidad de conocer mejor un campo en que el psicólogo puede actuar de forma significativa y de percibir la forma la importancia de que haya espacios más allá del aula que funcionen como contextos formativos.

Palabras clave: Vara Regional de la Infancia y Juventud; Violencia Sexual InfantoJuvenil; Estudiantes de Psicología.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é algo muito comum na sociedade brasileira, porém por conta das poucas denúncias não se tem ideia da dimensão do problema. De acordo com Barros e Freitas (2015), a violência doméstica praticada contra este público se configura como um fenômeno social e histórico, envolvendo aspectos psicossociais e também um caráter dinâmico de interação familiar, de modelo social e cultural, que se estabelece na relação entre a vítima e o agressor.

Entre os tipos de violência, o abuso sexual infantojuvenil é uma prática que ocorre com muita frequência, mas ainda é uma temática pouco abordada. Todos os dias crianças e adolescentes são expostos a esse tipo de violência que na maioria das vezes traz consequências devastadoras para o desenvolvimento desse indivíduo. A infância é a fase em

que a criança está em um processo contínuo de desenvolvimento e quaisquer repercussões nesse período vão ser marcantes e muitas vezes chegam a influenciar e causar prejuízos para o seu futuro.

Segundo Monteiro, Abreu e Phebo (1997), citados por Williams (2011), o abuso sexual infantojuvenil é definido como uma situação em que uma criança ou adolescente é usada como objeto de gratificação sexual de um adulto, sendo uma prática baseada em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, ‘voyeurismo’, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física.

A violência sexual é considerada um grave problema de saúde pública que ainda vem sendo pouco notificado. A ocorrência da subnotificação pode estar relacionada a ausência de preparo técnico e emocional para identificação deste tipo de violação bem como dos instrumentos utilizados, havendo uma necessidade de investimento na capacitação dos profissionais que lidam diretamente com o público infantojuvenil (SOUTO et al., 2018). Destaca-se ainda a impossibilidade de acessar o número exato de crianças afetadas, pois muitos casos não são denunciados ainda na infância, só sendo revelados algumas vezes na vida adulta. Um outro fator que chama a atenção para que as crianças continuem não denunciando esses casos é que o agressor geralmente é alguém muito próximo do garoto e da garota e eles não conseguem identificar a ação como violenta ou em outras situações pode existir ameaça por parte do abusador.

Muitas vezes a criança não se sente amada pela sua família de modo geral, havendo um membro no qual é o único que lhe dá atenção e no que ela confia. Nesses casos, então, fica mais difícil o infante perceber que está sendo violado e não cuidado. Para Pfeiffer e Salvagni (2005), o abuso sexual infantil faz parte de um pacote de rupturas de relacionamentos na família, pois não oferece-se a criança os devidos cuidados que ela merece nesta fase da vida.

Quando esse abuso é praticado por pais ou parentes da criança, é possível perceber que os efeitos como lesão psicológica sofrida pela criança é muito mais grave do que se a agressão fosse sofrida por estranhos. Essa violência sexual doméstica é infligida sobre a criança geralmente inúmeras vezes e muitas dessas ações fazem com que a mesma se sinta culpada ao invés de culpar o agressor. O violentador, então, se aproveita da vulnerabilidade e da fragilidade da criança em benefício próprio. O abuso é um ato progressivo, logo quanto mais

medo o agressor induz na criança e quanto maior a violência ele inflige maior está sendo o seu prazer (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes pode se dividir nas categorias intrafamiliar e extrafamiliar. No modo intrafamiliar ele é cometido por um membro da família da criança, na cultura ocidental o incesto é uma das formas de abuso sexual mais frequente, causando consequências psíquicas desastrosas. Já a violência sexual extrafamiliar é praticada por pessoas desconhecidas ou que não fazem parte da família da vítima, ocasionando grande sofrimento a criança (FLORENTINO, 2015).

É importante ressaltar que a prática do abuso sexual infantil - ABI está para além de um ato sexual envolvendo ou não penetração, práticas como toques, carícias, voyerismo, exposição da criança a conteúdos sexuais, exibicionismo, pornografia e entre outros comportamentos também se caracterizam enquanto abusivas. O abuso sexual infantil não necessariamente envolve o contato físico, há casos em que o corpo da criança ou do adolescente não é tocado, o que dificulta a comprovação do fato. São exemplos desse tipo de violação o exibicionismo (exibição dos órgãos genitais, de masturbação), o voyeurismo (quando o sujeito sente prazer em assistir a criança ou o adolescente despido, masturbando-se etc.), ou mesmo da exibição de vídeos ou de outro tipo de material pornográfico para a vítima (WERNECK; GONÇALVES; VASCONCELOS, 2014).

Porém, o abuso sexual nas faixas etárias mencionadas é difícil de ser comprovado por falta de evidências físicas. Geralmente são os sinais emocionais e psicológicos das crianças que fazem com que um adulto perceba que algo não vai bem. Existem alguns sinais que devem ser considerados segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), que são: tristeza constante, sonolência diurna, medo excessivo de adultos, comportamento sexual adiantado para a idade, enurese, lesões na região genital, sangramentos, dilatações, aborto e gravidez. Além disso, Habigzand et al. (2008), aponta que um fator que faz com que o abuso sexual venha à tona e seja denunciado é referente a presença de outras formas de violência que a criança pode sofrer, como a negligência, abusos físicos e emocionais.

A partir de visitas realizadas na Vara Regional da Infância e Juventude - VRIJ comarca de Petrolina- PE e de conversas com os profissionais do serviço, percebeu-se a ocorrência de um número significativo de casos relacionados à suspeita de abuso sexual infantil que chega a instituição. Em relação a esses tipos de casos, existem ações a serem executadas, ressaltando-se a busca pelo Conselho Tutelar e na ausência deste a Vara Regional

da Infância e Juventude. Segundo o Art. 141. do ECA (1990), “ é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.”

De acordo com Pfeiffer e Salvagni (2005), a criança na idade pré-escolar é imatura no desenvolvimento cognitivo e possuem pouca percepção sobre o mundo, além de ter dificuldades de linguagem e de compreender o mundo. A prática da violência sexual infantil pode trazer severos prejuízos para a criança e esses ultrapassam a esfera física e produzem repercussões emocionais e psicológicas, principalmente quando a pessoa que cometeu tal dano é um membro da família ou alguém em quem ela confie. A criança se vê diante de um dilema, ela pode até querer contar para alguém o que está acontecendo, mas ela pensa que aquilo é uma demonstração de carinho, e fica confusa em meio a todo sofrimento que lhe é infligido.

Segundo Kendall- Tackett, Williams, Finkelhor (1993), citado por Williams (2011), há várias literatura que já pontuaram o quanto situações de abuso sexual infantil é um fator que ocasiona grave risco para o desenvolvimento humano a curto e longo prazo. A curto prazo, ressalta-se a adoção de comportamentos sexuais inadequados à faixa etária, comportamentos ansiogênicos e desenvolvimento de transtornos psicológicos como TEPT (Transtorno de Estresse Pós Traumático), problemas escolares, comportamentos regressivos entre outros. A longo prazo é possível ressaltar questões relacionadas à sexualidade alterada (promiscuidade, dificuldade de se envolver em atividades sexuais), isolamento, depressão, ideação ou tentativa de suicídio, doenças somáticas, transtornos psiquiátricos, transtornos de alimentação entre outros.

Tais impactos que a prática abusiva vão causar na criança perpassa questões como a idade da criança quando a violência começou a ser praticada, a duração e a quantidade da ocorrência do abuso, o grau de violência infligida no momento da situação, a diferença de idade entre a vítima e o agressor, a existência de vínculo entre a criança e o abusador e a vivência com ameaças para que a violência não seja colocada à tona e deixe de ser silenciosa.

SOBRE A VARA REGIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A VRIJ comarca de Petrolina é uma instituição jurídica que presta serviços de proteção à criança e aplicação de medidas socioeducativas. De acordo com o capítulo II do

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei 8069/90, a Vara da Infância e Juventude são responsáveis por ações como a apuração de ato infracional e aplicação de medidas cabíveis; remissão ou extinção de processos; conhecer os pedidos de adoção; conhecer os casos encaminhados pelo conselho tutelar; conhecer pedidos de guarda e tutela; realizar ações de destituição ou suspensão familiar; conceder a emancipação e conhecer as ações civis fundadas em interesses individuais.

O serviço jurídico de atendimento à criança e juventude articula-se com outras instituições da cidade que possuem o mesmo objetivo de proteger as crianças e garantir os seus direitos. Dentre esses serviços destaca-se o Conselho Tutelar, Ministério Público, as Casas de Acolhimento (Petrape, Casa anjo e Cemam), Núcleo Psicossocial e Pedagógico - NUPPE, Defensoria Pública, Escolas, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDESDH e dentre outros.

Com relação a equipe interdisciplinar do setor psicossocial da VRIJ, percebeu-se que sua composição se dava a partir dos seguintes profissionais: três psicólogos, três assistentes sociais e três pedagogas. O perfil etário das crianças/ adolescentes assistidos é de 0 a 18 anos ou a 21 anos em alguns casos, tendo em vista o que versa o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O nível de escolaridade e socioeconômico dos usuários do serviço geralmente envolve pessoas das camadas mais vulneráveis da sociedade. As principais demandas que surgem no serviço destacam-se: adoção, guarda e tutela, violência (dando ênfase ao abuso sexual), abandono/negligência, entrega responsável, acompanhamento e aplicação de medidas socioeducativas.

IMPRESSÕES DAS ESTUDANTES A PARTIR DAS VISITAS REALIZADAS

Durante o período de inserção no contexto da VRIJ comarca de Petrolina - PE, foi possível conhecer os diversos serviços que a instituição abarca e um pouco do seu modo de funcionamento. A partir dessa experiência as estudantes puderam visualizar na prática mais um campo de atuação do psicólogo e aprender como o profissional de psicologia pode contribuir para as ações relacionadas à adoção, ao combate da violência infantil e proteção da criança de forma integral.

A instituição dispõe de três psicólogos, uma delas coordenando o setor, que dividem-

se atuando a partir das demandas. Estas são categorizadas entre os processos de violência infantil; adoção, guarda e tutela; e acompanhamento de medidas socioeducativas e atos infracionais. Juntamente aos demais profissionais da equipe, pedagogos e assistentes sociais, realizam visitas domiciliares e as instituições que abrigam as crianças e adolescentes. Além disso, há o projeto Prevenção da Violência nas Escolas (Previne), no qual é escolhida uma temática recorrente para a realização de palestras e momentos educativos para escolas públicas da cidade.

Por meio das leituras que as estudantes fizeram de alguns processos de desligamento, foi possível perceber o funcionamento desse processo. O desligamento ocorre quando a criança ou adolescente não precisa mais da assistência da VRIJ por alcançar a maior idade, por fugas constantes de uma instituição de acolhimento ou por ter a possibilidade de voltar a conviver em ambiente familiar ou quando se efetiva a adoção. Com relação às casas de acolhimento que estão funcionando de forma efetiva na cidade em que a Vara realiza as articulações, destaca-se a Casa Anjo, o Petrape e o Cemam. Através de uma visita realizada a esses espaços as estudantes perceberam que a Casa Anjo atende a crianças de ambos os sexos de no máximo 12 anos de idade. O PETRAPE (Associação dos Amigos dos Petrape) é uma associação civil, de caráter educacional, beneficente e de assistência social, que atende apenas meninos que estão em situação de vulnerabilidade social e violência, a instituição atende tanto os meninos que ficam acolhidos quanto os que passam um turno na instituição praticando algum tipo de atividade. Já o CEMAM (Casa Abrigo Laura Vicuña), é uma casa de acolhimento que funciona atendendo a meninas e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social, até os 18 anos incompletos. A partir dessa visita foi possível visualizar de forma nítida a articulação dos serviços de proteção à criança e ao adolescente.

Durante esses momentos de vivência na instituição as estudantes também tiveram a oportunidade de entender a atuação do psicólogo nos casos que envolvem ato infracional praticado por criança e adolescente. A partir disso percebeu-se que os profissionais de psicologia quando lidam com essa demanda, atuam avaliando toda a história da criança, desde as condições socioeconômicas até as questões relacionadas à convivência familiar, para que a partir das informações levantadas, seja redigindo um relatório e apresentando ao Juiz, para que sirva de auxílio na sua tomada de decisão quanto ao destino do infante e a aplicação de alguma medida socioeducativa. Em Petrolina há instituições como a Casem (Casa de Semiliberdade) que atende a crianças e adolescentes em semiliberdade e a Case (Casa de

Atendimento Socioeducativo) que atende aos infantes que estão com a liberdade restrita.

Foi as estudantes entender o funcionamento dos processos de adoção, que no país são regularizados pelo ECA 8089/90 e pela lei 12.010/09. A profissional de psicologia do serviço é responsável por receber os pretendentes à adoção e realizar a acolhida. Por meio dos formulários de adoção que são preenchidos, a equipe faz a avaliação a fim de compreender as motivações e expedir um relatório, pois a partir da decisão judicial, os pretendentes podem ser inseridos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). É importância haja uma preparação psicossocial e jurídica dos pais, com a finalidade de promover orientações autonomia desses. Os profissionais da VRIJ priorizam em suas ações a saúde física e emocional da criança em qualquer ambiente familiar que ela possa vir a habitar, realizando visitas domiciliares de modo a observar a convivência dessa criança com os pais.

Os casos de abuso sexual, temática central do presente artigo, necessitam de um manejo adequado por parte dos profissionais. A partir da experiência da psicóloga do serviço, as estudantes puderam compreender que diante da suspeita de abuso infantil é fundamental suspender os preconceitos e ouvir todos os sujeitos envolvidos. Faz-se necessário ainda um domínio dos conhecimentos sobre a psicologia do desenvolvimento, observar se há ocorrência de falsas memórias, compreender a linguagem da criança e respeitar o limite da mesma. Como auxílio a prática, podem ser utilizados testes psicológicos, na VRIJ a profissional faz uso do Inventário de Personalidade e o House Tree Person - HTP com a finalidade de conhecer melhor a criança.

Há também um serviço especializado que atende a esses casos de suspeita de abuso sexual infantil, a Central de Depoimento Acolhedor. É realizado no Fórum, em ambiente projetado de maneira adequada para que a vítima não tenha contato com o agressor, evitando constrangimento e reduzindo os danos psicológicos. A criança/adolescente é ouvida por profissionais especializados, que a interroga através de técnicas menos invasivas e tudo é gravado, evitando que durante a investigação seja necessário descrever inúmeras vezes a violência sofrida, fazendo-a reviver o trauma.

RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA PARA A SOCIEDADE

O tema do abuso sexual, apesar de ser uma prática cada vez mais recorrente, é pouco discutido no ambiente familiar, escolar e em outros contextos, por ainda ser considerado um

tabu. A criança ou adolescente abusado sexualmente pode sofrer danos muitas vezes irreversíveis, trazendo consequências as suas vidas sociais. Por ser uma forma de violência que geralmente acontece de forma repetitiva e em um ambiente relacional favorável, a vítima pode de início não tomar consciência do ato abusivo do adulto, que a coloca como provocadora e participante, levando-a a crer que é culpada por ser abusada (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

É importante considerar que a violência infanto-juvenil atravessa a vida de crianças e adolescentes de diferentes raças, classe, cultura e religião, embora existam marcadores que relativos a questões econômicas, demográfica e familiares que aumentam a possibilidade da ocorrência de uma situação de abuso. Destaca-se ainda que quando se fala em violência sexual é possível perceber que a maioria do público infantojuvenil atingido é de mulheres sendo o agressor provindo do contexto do lar (SOUTO et al., 2018).

Em razão de muitos casos não serem notificados, torna-se difícil estabelecer a prevalência dessa violência no país. Trata-se de um fenômeno ainda encoberto, pois, muitas vezes se quer proteger o abusador da punição ou até mesmo a vítima da exposição. De acordo com Amazarray e Koller (1998) a maioria dos casos de abuso sexual envolvendo crianças nunca são revelados devido ao sentimento de culpa, vergonha, ignorância e tolerância da vítima. Porém, ao identificar sinais de que essa prática esteja ocorrendo é dever de toda sociedade denunciar este tipo de crime a fim de deter o abuso sexual. A família e escola além de incentivar a denúncia e também denunciar, tem o papel de orientar as crianças e adolescentes sobre como identificar esse tipo de violência.

As denúncias dos casos de abusos ou violações sexuais de quaisquer ordens contra crianças e adolescentes podem ser realizadas através do serviço Disque 100 que cobre todo o território nacional, destaca-se ainda que o serviço pode ser acessado de forma gratuita (LIBÓRIO, 2013).

A rede de proteção nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes são constituídas pela família, escola, comunidade no qual a vítima está inserida. E ainda pelo Conselho Tutelar, Delegacias, Conselho de Direitos da Criança, Ministério Público e Juizado da Infância e Adolescência, abrigos, serviços de saúde (como postos de saúde e hospitais) e assistência social (Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS) (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011) São nessas instituições que os casos podem ser denunciados, sendo necessário, portanto, uma

boa articulação/comunicação entre os serviços que constituem esta rede.

Além disso, a rede de apoio social e afetiva da criança pode, a depender da postura tomada, minimizar ou potencializar os danos do abuso sexual no momento em que a criança revela a violência sofrida. Esta rede de apoio estará sendo efetiva e contribuindo para reduzir os efeitos do abuso sexual quando confiar no relato de violência sexual da criança, protegê-la do agressor, a fim de evitar novos episódios, dar apoio afetivo para a vítima, denunciar a situação aos órgãos de proteção e assegurar o acompanhamento médico, psicológico, social e jurídico necessários à criança e sua família (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011).

É necessário que essas crianças vítimas de abuso recebam o apoio e acompanhamento adequados para que então possam reconstruir suas vidas em sociedade. Segundo Ferreira e Schramm (2000) citado por Habigzang, Ramos e Koller (2011) há o desafio de planejar intervenções efetivas que protejam a criança e minimizem os efeitos causados pela violência por parte dos profissionais e instituições que constituem essa rede de apoio social. Diante disso, percebe-se a importância de investir em políticas públicas de educação que conte com estratégias e recursos para efetivação de processos formativos contínuos que abordem a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, construindo uma rede de proteção à infância e adolescência. Este tema deve fazer parte do currículo dos cursos de Psicologia, Medicina, Enfermagem, Pedagogia e Licenciaturas, auxiliando os profissionais que atuam diretamente com o público infantojuvenil, o que acaba desencadeando o contato com casos de violência (LIBÓRIO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se a importância das visitas à instituição como a base para a construção deste estudo, pois foi a partir da imersão das estudantes nesse contexto que se tornou possível visualizar o quanto a temática da violência sexual infantil é pouco trabalhada na sociedade brasileira. Além disso, é preciso enfatizar o quanto a prática, mesmo que destinada a observação, tem papel fundamental na construção de novos saberes por parte dos estudantes de psicologia, pois permite perceber como a realidade funciona e alarga as possibilidades de atuação deste profissional.

É importante destacar que tendo em vista os aspectos éticos-legais não foi possível a realização de intervenções diretamente com o público. Sendo assim, foi elaborada pelas

estudantes uma cartilha que versa sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes com o intuito de auxiliar os profissionais que lidam diretamente com o público infantojuvenil a identificarem a ocorrência de tal prática e saberem que serviços devem buscar para a tomada das providências cabíveis.

Desta forma, destaca-se a necessidade da elaboração de mais estudos que abordem a temática do abuso sexual infantil, para que esse assunto deixe de ser silenciado e a sociedade tenha acesso às informações fundamentais para prevenção dessa prática. Pois quando há o domínio sobre um determinado assunto, torna-se possível a elaboração de estratégias de cuidado que sejam praticáveis por todo e qualquer cidadão.

REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítimas de Abuso Sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.11, n.3, p. 559-578, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000300014&script=sci_abstract&tlng=pt
- BARROS, A. S. de.; FREITAS, M. de. F. Q.de. Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes: Consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias**, v.19, n.2, p. 102-114, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf>
- BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm
- FLORENTINO, B.R. B. As Possíveis Consequências do Abuso Sexual Praticado Contra Crianças e Adolescentes.s. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p. 139-144, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000200139&script=sci_abstract&tlng=pt
- HABIGZANG, L. F et al. Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.21, n.2, p. 338-344, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722008000200021&script=sci_abstract&tlng=pt
- HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M. da S.; KOLLER, S. H. A Revelação de Abuso Sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>
- LIBÓRIO, R. M. C. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Contribuições da Psicologia no processo de prevenção. **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 119-139, 2013. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v4n2/v4n2a08.pdf>
- PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão Atual do Abuso Sexual na Infância e Adolescência. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v.81, n.5, p. 197-204, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700010
- SOUTO, D. F. et al. Violência Contra Crianças e Adolescentes: Perfil e tendências decorrentes da Lei nº 13.010. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 3, p. 1237-1246, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0048>.
- WILLIAMS, L. C. de. A; ARAÚJO, E. A. C. et al. **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 1. ed. 2. reimpressão. 2011. Cap.1 e 8.
- WERNECK, A. F; GONÇALVES, I. B; VASCONCELOS, M. G. O. M. **Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual: Aspectos Teóricos e Metodológicos**. Guia para Capacitação em Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes, 2014.

Disponível em:

http://pratein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolescente/Escuta_violencia_sexual.pdf#page=69.